

# A hegemonia da “lógica identitarista” pós-moderna na esquerda

Por **CARLOS MONTAÑO**

A chamada esquerda pós-moderna tem se tornado, decerto, hegemônica no campo progressista, pautando a forma de ver a realidade, os conceitos empregados na análise da realidade, e portanto orientando as lutas sociais, em torno de “pautas” de ação.

Variados processos confluem na crise ou perda de protagonismo da “esquerda classista”, particularmente de matriz marxista, e no crescimento paulatino da “esquerda identitarista” pós-moderna.

Como já vimos, o grande ausente da análise e das pautas pós-modernas é a igualdade econômica. Pareceria bastar uma sociedade multicultural, mesmo com desigualdade na distribuição da riqueza. Como se garantindo o igualitário status de cidadania política, a emancipação social também já estivesse garantida, mesmo existindo exploração e desigualdade econômica. Nisso, o projeto emancipador pós-moderno pouco tem a se diferenciar da igualdade liberal burguesa e da liberdade econômica.

Bosco lembra que, como tratamos no capítulo 1 deste livro, “os movimentos identitários [...] têm uma história” que “remete à década de 1960, notadamente ao momento político de Maio de 1968” (2017, p. 71). Podemos situar nesse contexto político uma guinada teórica, ideológica e política que retira paulatinamente o foco da “classe” (e da exploração) e o orienta para a “identidade” (e para os processos de “exclusão” e “opressão”), com ênfase na subjetividade e no “multiculturalismo”. No começo, esse processo tem raízes teóricas claramente neoweberianas, por via do estudo acionalista dos NMS, mas vai assumindo uma dimensão ideologicamente hegemônica a partir da expansão do pensamento pós-moderno no campo das esquerdas, ou melhor, a partir do surgimento de uma “nova esquerda” (a “New Left”) – hoje se fala em “renovar a esquerda” –, posteriormente orientada para o que não hesitamos em chamar de “esquerda possibilista” (MONTAÑO, 2014, p. 36, ver também PETRAS, 1999, p. 17-20).

Conforme periodiza Jameson, o surgimento e a expansão da razão pós-moderna, e seus desdobramentos na cultura, na arte, na arquitetura, na filosofia e na política, vincula-se, inicialmente, ao processo da virada dos anos 1960, articulando

movimentos contraculturais como o festival de Woodstock e o movimento hippie, protestos pacifistas contra a guerra do Vietnã, manifestações políticas e culturais como o Maio de 68, na França, e as lutas independentistas / descolonizadoras na África e na América Latina (JAMESON, 1991, p. 84, 89-90).

Como movimentos progressistas, porém, não mais pautados na classe operária e nas lutas de classe, esses processos e “novos movimentos sociais” dos anos 1960-1970 encheram os olhos de ativistas e teóricos, por darem voz e protagonismo político a sujeitos antes não presentes na cena política, pelo menos não de forma autônoma (estudantes, mulheres, gays, negros, imigrantes etc.), “as ‘minorias’, os marginais e as mulheres” (ibidem, p. 85). Esses processos poderiam ser vistos como um capítulo da “história da liberdade humana”, da “conquista da autoconsciência de si”, da “emergência de novos ‘sujeitos da história’” e da “conquista do direito de falar” (ibidem).

Constituem-se, aqui, conforme aponta Jameson, “novas ‘identidades’ coletivas” (o “colonizado”, a raça, a marginalidade, o gênero e similares), a partir de “uma crise daquela categoria mais uniforme que até então parecia subsumir todas as variedades de resistência social, qual seja, a concepção clássica de classe social” (ibidem, p. 86).

Com a mesma tônica, Eric Hobsbawm (1995) defende que as manifestações estudantis de 1968, centradas no Quartier Latin, em Paris, foram marcadas mais pela emergência de uma cultura individualista e hedonista do que pela crítica anticapitalista, substituindo a “revolução socialista” pela “revolução cultural”. Essa revolução cultural, segundo o historiador marxista, não se orientava para um novo projeto societário, mas para a defesa da autonomia da subjetividade e das escolhas de vida pessoais, perfeitamente compatíveis com os valores individualistas e consumistas do capitalismo (HOBSBAWM, 1995, p. 327; ver MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 260 e ss.).

Temos, nas lutas do Maio francês de 68 e na formação de novos atores sociais, o estopim que acende a fâsca do “identitarismo” no seu viés pós-moderno.

Paralelamente a isso, há algum tempo setores da esquerda em geral, e particularmente do

marxismo, questionavam-se sobre a contradição fundante da nossa sociedade, sobre o sujeito da transformação social e sobre a centralidade ou não da “classe”.

Do debate dos marxistas franceses, presente nas teorias do “capitalismo monopolista de Estado” (ver BOCARA, 1976, 1977, 1977a, 1977b), que opuseram os setores “monopolistas” aos “não monopolistas”, relegando a segundo plano a contradição capital / trabalho (ver LOJKINE, 1981, p. 111), passando pelas reflexões de Jean Lojkin (1990), que estuda a “classe operária em mutação”, chegando ao conceito de “multidão” de Michael Hardt e Antonio Negri (2005), até à ilusão de “mudar o mundo sem tomar o poder”, de John Holloway (2003), para citar só alguns do campo marxista. Nesse sentido, o marxismo, em face das mudanças estruturais do capitalismo e do “socialismo real”, vem debatendo essas questões, a nosso ver, nem sempre da forma correta, deixando às vezes a impressão de que a categoria “classe” tivesse esgotado seu poder heurístico, precisando ser substituída. Uma fragilização, entendemos nós, do protagonismo do marxismo na análise e nas lutas de classes. Um erro teórico, político e histórico.

É assim que – a partir dessa fragilização de alguns setores do marxismo em torno da centralidade da “classe”, do impacto do Maio francês de 68, das fortes mudanças nas relações de produção no cenário de crise capitalista, do fim da experiência soviética e do avanço das necessárias e fundamentais “lutas antiopressivas particulares” no caminho para a emancipação política – o pensamento pós-moderno passa a comandar cada vez mais a compreensão da realidade e a orientar as lutas sociais a partir da transformação da categoria de “identidade” em “identitarismo”, sustentado numa polarizadora e autonomista “lógica identitarista”.

Surgem e se expandem cada vez mais, até alcançar um patamar de hegemonia ideológica e política, os chamados movimentos ou coletivos “identitários” que, sustentados na “lógica identitarista” pós-moderna, rompem seu lastro com os fundamentos estruturais do capitalismo e das lutas de classes.

Como Bosco aponta, a partir de Safatle (2018), “o que todos esses movimentos têm em comum é uma luta contra o poder e pelo reconhecimento” (BOSCO, 2017, p. 74), que encontra nas “redes sociais digitais [...] um meio ótimo para a luta por reconhecimento” (ibidem, p. 78). Uma luta (justa e necessária) por “reconhecimento”, porém não

articulada, mas substituindo (como alternativas) as lutas econômicas, em torno da contradição de classes e da exploração.

Dessa forma, o debate acadêmico e as disputas políticas foram sendo substituídos por uma defesa exclusiva e, por vezes, quase fundamentalista das “identidades”, em clara substituição (ou equiparação) da categoria de classe social, visando à literal “aniquilação” do contrário, do diferente, tido como inimigo.

No debate pós-moderno não se trata de articular e complementar as categorias classe e “identidade”, mas de substituir a primeira pela segunda, assim como de ofuscar as lutas de classes com as lutas “identitárias”. Nesse sentido, é a “lógica identitarista” pós-moderna que vai ganhar terreno, até se constituir como uma força e uma perspectiva hegemônica no campo das esquerdas.

Vários são os autores que afirmam o avanço de uma “esquerda pós-moderna”, com sua “lógica identitarista” (pautando as “políticas identitárias”), tomando o lugar das tendências da esquerda mais orientadas para a contradição e para as lutas de classes, particularmente do marxismo, como Ellen Wood (2006, p. 205 e ss. e 227 e ss.), Kenan Malik (in WOOD e FOSTER, 1999), Guillermo Stáble (in WOOD e FOSTER, 1999), Antonio Risério (2019, esp. p. 11, 40-41, que inclui o “pós-estruturalismo”), Vladimir Safatle (2018), Asad Haider (2019), Antônio Flávio Pierucci (1990, 2000), Angélica Lovatto,<sup>54</sup> entre outros.

Assim, o avanço paulatino da esquerda pós-moderna, chegando à atual hegemonia da “lógica identitarista” no campo progressista (na compreensão da realidade e nas lutas sociais), dá-se, como vimos, a partir de alguns eventos históricos, a saber: o Maio de 1968, a extinção do bloco soviético, as transformações no capitalismo, a ofensiva ideológica e as transformações neoliberais, as crises do movimento operário, a funcionalidade da razão pós-moderna.

Nesse cenário, conforme aponta Risério, “de repente, a esquerda pós-moderna deu meia-volta [...], assumiu o que a direita norte-americana sempre quis [...] e] rebatizou o pluralismo de multiculturalismo” (2019, p. 41). A expansão e adesão dos movimentos sociais à esquerda pós-moderna se deu quando, segundo Risério (ibidem, p. 41), os chamados novos movimentos sociais vieram se afastando da esquerda classista, marxista – particularmente a partir do Maio de 68 e da New Left, até chegar ao identitarismo (ibidem, p. 74) –, e foram migrando para o discurso, a organização e a ação política pós-

moderna, e foram cada vez mais abandonando o projeto revolucionário (totalizante) (ibidem, p. 41) e se orientando para as mudanças pontuais, fundamentalmente em torno de direitos, dentro da ordem.

Assim, continua Risério, com a “lógica identitarista” (que substitui a classe), o multiculturalismo (que substitui o pluralismo) e o “politicamente correto” (que pretende uma transformação a partir do linguajar considerado “correto”) ocorre a “erosão” e até o “abandono” da centralidade da categoria de classe social (ibidem, p. 73-75).

Lembremos, como já afirmamos, que falar de “identidades” é diferente de falar da “lógica identitarista” (ou de “política identitária”).

Assim, como afirma Almeida, ao prefaciá-lo livro de Haider, ao distinguir “identidade” e “política de identidade”, a “identidade” se torna uma armadilha quando se converte em uma política, ou, mais precisamente, em “política de identidade” ou “identitarismo” (in HAIDER, 2019, p. 9).

O autor sustenta, ainda, que a “identidade” não constitui “uma armadilha em si”, mas “a armadilha antirrevolucionária apresenta-se quando a política se reduz à afirmação de identidades específicas” (in HAIDER, 2019, p. 12). Nesse sentido, ele aponta como o “identitarismo paralisa a ‘esquerda’”, ao torná-la “refém da política identitária”, o que pode acontecer de dois modos: “1) quando a esquerda só fala de identidade; 2) quando a esquerda se recusa a falar de identidade” (ibidem, p. 14). Ou seja, é tão problemático que a esquerda negue as identidades e as causas identitárias, tratando apenas de “classe”, como o é quando a esquerda trata apenas de “identidades”, negando a “classe” ou a reduzindo a mais uma “identidade”.

Na compreensão e na ação pós-moderna contra as formas de discriminação, opressão e dominação, alguns aspectos ideológicos e políticos da análise pós-moderna precisam ser salientados.

- Primeiramente, um elemento central é a linguagem, mobilizadora e representativa de todo um universo simbólico. Assim, por um lado, cria-se a expectativa de que os sistemas de discriminação, opressão e dominação podem ser superados se a linguagem que carrega e expressa esses sistemas for mudada. Por outro lado, investe-se na mudança de linguagem, na criação de um novo linguajar: uma linguagem (dita) “politicamente correta”. Começa a ditadura do “politicamente correto”.<sup>55</sup>

O sujeito que empregar uma linguagem fora do que é considerado “politicamente correto” será tratado como preconceituoso e duramente penalizado e punido socialmente, numa espécie de “tolerância zero” de esquerda. Acirra-se, com isso, a polarização social entre os “oficialmente corretos” e os “incorretos”, objeto da punição. Porém o problema maior não é esse, mas a pretensão – pós-moderna, romântica – de que com a mudança da linguagem e a punição individualizada do transgressor do “politicamente incorreto” superar-se-ia todas as estruturas sociais de preconceito, desigualdade, dominação e opressão.

Nesse sentido, Risério aponta como “as pessoas se dispuseram a agir sobre a língua para mudar o mundo”, em vez de “agir sobre o mundo para mudar a língua” (2019, p. 117).

Também Haider menciona o fato de que, por um lado, na academia e nos movimentos sociais não houve uma reação séria às tentativas de cooptação do legado de certas causas e lutas sociais, mas, por outro, “intelectuais e ativistas permitiram que a política fosse reduzida ao policiamento da linguagem [...] enquanto as estruturas institucionais de opressão racial e econômica permanecem” (2019, p. 45-46). E o autor complementa: como resultado dessa aparente “ação política” focada no novo linguajar, considerado “politicamente correto” e isento de preconceitos, “as linguagens progressistas dos novos movimentos sociais, desenraizadas de sua base popular, seriam apropriadas como nova estratégia da classe dominante” (ibidem, p. 132).

Assim, como já afirmamos (ver MONTAÑO, 2014, p. 28 e ss.), “substituem-se termos considerados ‘preconceituosos’ por outros considerados ‘politicamente corretos’” (ibidem, p. 28). No entanto, sem questionarmos o fato inegável das palavras portarem e legitimarem preconceitos e discriminações, “a mudança de termos pouco altera a questão de fundo, mas, ao contrário, acaba por ocultá-la” (ibidem, p. 28-29). E esse “ocultamento” dos preconceitos, das formas de opressão e discriminação, camuflado pelo uso do termo “politicamente correto”, paradoxalmente, torna-se funcional à perpetuação da mesma discriminação, dominação e opressão que visa superar. É muito fácil os dominantes perpetuarem a relação de dominação: basta apropriar-se dos termos “politicamente corretos” para satisfazer e pacificar os dominados; assim a apropriação de categorias e termos progressistas passa a ser funcional para os projetos de direita.

Exemplo evidente disso é a Rede Globo e suas novelas, seus jornais, incorporando a linguagem “politicamente correta”, supostamente abraçando causas identitaristas; as fundações empresariais (como as fundações Bradesco, Ronald MacDonald etc.); os documentos e projetos do Banco Mundial, da ONU e demais organismos multilaterais. Hoje, a esquerda e a direita parecem falar os mesmos termos. A pergunta que cabe fazer é: essa mudança de linguagem representa um primeiro passo na superação das relações de opressão e discriminação social, ou se trata de uma concessão dos dominantes para camuflar e perpetuar a estrutura de dominação?

Essa tem sido, segundo Petras, a terceira forma de cooptação da intelectualidade de esquerda por parte dos setores hegemônicos no século XX (PETRAS, 2000, p. 89 e ss., in MONTAÑO, 2014, p. 31-32). Hoje, muitos “pós-marxistas” (que abandonaram o pensamento crítico e o projeto revolucionário há tempos) promovem e festejam o “identitarismo” atual. Porém muitos outros “marxistas impenitentes” ficam calados, inertes ou oportunamente se valem dele. Adaptação e/ou oportunismo,<sup>56</sup> dois caminhos seguidos por muitos!

Nesse sentido, parafraseando Lukács em A teoria do romance, cria--se “uma linguagem de esquerda escondendo um projeto de direita” (ver MONTAÑO, 2014, p. 29). As palavras, assim, tem hoje mais a função de esconder do que de desvelar, constituindo assim o que chamamos de “cantos de sereia” (ibidem, p. 30).

Essa substituição conceitual / categorial envolve, primeiramente, uma significativa alteração heurística; ou seja, não se trata apenas de “linguagem”, de “termos”, mas do arsenal heurístico, dos instrumentos de que dispomos e usamos para compreender a realidade (ver item 2.6-A). Em segundo lugar, essa substituição projeta uma alteração significativa nos objetivos e nas finalidades militantes: renunciando ao projeto socialista, aos objetivos anticapitalistas ou até trabalhistas, e se reorientando para o campo das ideologias subjetivistas, para as necessidades imediatas e pontuais (ibidem, p. 32).

Funda-se aqui aquilo que denominamos de “ideologia do ‘Terceiro Setor’”, oriunda da esquerda pós-moderna, caracterizada pela orientação para uma ação social centrada no indivíduo ou nos pequenos grupos, no âmbito de uma abstrata sociedade civil (ibidem, p. 38), sem remeter à estrutura e à totalidade social (ibidem, p. 39), sustentada num tripé conceitual e

programático: a) a autorresponsabilização dos indivíduos pelas próprias condições de vida, pela solução dos próprios problemas e pela satisfação das próprias necessidades, b) a desresponsabilização social do Estado com as respostas das políticas sociais, e c) a desoneração do capital nessa tarefa (ibidem, p. 41).

Nesse tripé se materializa a programática dessa “esquerda possibilista” (que vem ao encontro das programáticas neoliberais), como o “empoderamento”, a “economia solidária” ou “social”, a participação na “sociedade civil organizada”, a solidariedade do “terceiro setor”, o “empreendedorismo”, entre outros (ver MONTAÑO, org., 2014).

- Um segundo aspecto ideológico e político da análise pós-moderna sobre as formas de opressão a partir da “lógica identitarista” consiste em não tratar as “identidades” e as “causas identitárias” como complementos da questão de classe e das lutas de classes, mas como substitutivos delas: “identidade” em vez de classe. Isso porque, como já foi dito, a análise pós-moderna (e nisso ela é herdeira da acionalista) afirma que a “identidade” é um elemento aglutinador e mobilizador muito mais forte do que a classe social.

É nesse sentido que Haider afirma que

*as políticas identitárias [...] aparecerão não como um complemento da política de classe, não como uma expansão das categorias de esquerda de opressão e emancipação, não como uma ampliação enriquecedora de formulações progressistas [...], mas como vinculadas a uma ideia de justiça que reinscreve um ideal burguês [...] (2019, p. 47).*

Assim, a “lógica identitarista” tem como resultado, por um lado, afastar o projeto revolucionário do horizonte político e, por outro, pulverizar os grupos sociais em “identidades” particulares, enfrentando internamente, como adversários, a classe trabalhadora. Dessa forma, a polarização da “lógica identitarista” contribui para a divisão interna da classe trabalhadora e, assim, seguindo a máxima romana “Divide e reinarás”, fragiliza a capacidade de luta dos trabalhadores.

Parece muito mais uma clara, e muito efetiva, estratégia dos setores dominantes de promover a autodestruição, a “implosão” da unidade e do movimento dos trabalhadores.

A Casa Grande, para perpetrar seu poder e dominação absolutos, promove o conflito na Senzala!

Haider também aponta como a política identitária, contrariamente aos seus objetivos pretendidos, passa a constituir “uma parte integral da ideologia dominante” (2019, p. 68), fragilizando qualquer tipo de análise e luta não afinados à “lógica identitarista”.

Ela é intrínseca e funcional à ideologia dominante justamente por ser fortemente divisionista do campo progressista, pulverizando a “maioria da classe trabalhadora” em diversas “minorias identitárias”. A ação política derivada disso será um fracasso anunciado.

O pós-estruturalista Stuart Hall aponta um exemplo bem eloquente sobre esse processo. Conforme descreve:

*Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador [...], e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava “jogando o jogo das identidades”. Durante as “audiências” em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra [...]. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que*

*frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária [...], estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social. A questão da culpa ou da inocência do juiz Thomas não está em discussão aqui; o que está em discussão é o “jogo de identidades” e suas consequências políticas (HALL, 2006, p. 18-20).*

Hall não consegue “resolver” essa equação, pois ele mesmo assume que não há, na complexa sociedade contemporânea e pós-moderna, um “dispositivo” ou uma categoria aglutinadora, nem a classe social (ibidem, p. 20-21), mas consegue apontar claramente o problema e o impacto político dessas “políticas” da fragmentação ou ‘pluralização’ de identidades” (ibidem, p. 18).

Com isso, podemos observar o desdobramento desse divisionismo, próprio da “lógica identitarista” pós-moderna, nos seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, o dito “**lugar de fala**” impede que alguém não pertencente a esse “lugar” possa falar sobre uma questão que em tese “não o envolve” – assim, impede que um branco pense a questão racial, que um homem fale sobre a questão de gênero, que um heterossexual analise a questão LGBT, que um europeu estude as sociedades latino-americanas. Nessa lógica, o conhecimento só poderia ser produzido pelo membro da “identidade”, pelo pertencente ao “nós”, descartando todo conhecimento alheio, elaborado por “eles”. Com isso há um descarte de, e/ou um desprezo por, todo conhecimento “alheio”. Marx, por exemplo, enquanto homem branco e europeu, deveria ser prontamente descartado. Ora, isso parece ser tudo o que os grupos dominantes querem!

Assim, imaginemos se Marx tivesse rejeitado os textos e as análises de Smith e de Ricardo por pertencerem a outro “grupo identitário”, porque não ocupavam o mesmo “lugar de fala” de Marx. Imaginemos se a classe trabalhadora inglesa tivesse rejeitado a obra de Marx porque ele não pertencia à classe trabalhadora, porque não tinha o “lugar de fala” dado pela condição de classe, porque não tinha a mesma “identidade” dos operários, do proletariado. Imaginemos a rejeição à obra marxiana simplesmente por se tratar de um pensador de origem judaica. Imaginemos, ainda mais, se os trabalhadores e intelectuais latino-

americanos rejeitassem a obra de Marx por não ter essa “identidade” regional.

Porém ao vincular o “lugar de fala” (que descarta a “fala”, o conhecimento do “alheio”, dos “outros”, do “eles”) com a chamada “pós verdade” (que afina a noção de verdade não nas provas, na materialidade e na objetividade, mas na crença, na opinião e na afinidade identitária), cada grupo, o “nós” e o “eles”, terá a própria versão da realidade, a própria “verdade”. Funda-se aqui um “diálogo de surdos”! Cada um fala para os “seus” e ignora / rejeita a fala dos “outros”. Não só você não pode falar a meu respeito, como ainda, tudo o que você falar será ignorado ou rejeitado. Com essa base, jamais os conhecimentos se somarão, jamais o entendimento será alcançado.

Essa lógica não está presente apenas na esquerda, dividindo-a em múltiplas frações enfrentadas, mas também no campo da direita, a exemplo do atual governo, no qual o presidente Bolsonaro não articula com partidos, não fala nem responde à imprensa e não governa para toda a nação, apenas se comunica unidirecionalmente por meio das redes sociais, falando suas “verdades” (sobre a pandemia, sobre as queimadas, sobre as milícias etc.) apenas para o público de seguidores, para os “seus”.

Porém esse divisionismo não fica só no plano teórico, no discurso, na “fala”, ele opera também no plano da ação política.

Assim, em segundo lugar, a “lógica identitarista” também faz com que no plano da ação política a maioria, articulada à classe, pulverize--se em diversas minorias desarticuladas. Dessa forma, por exemplo, uma mulher branca e uma mulher negra, uma mulher trabalhadora e uma mulher empresária, podem se reunir para lutar pela questão de gênero, pelos direitos igualitários das mulheres contra a violência de gênero. Porém, na polarização operada pela “lógica identitarista”, um homem não pode se somar à luta feminista, pois ele é o “outro”, o adversário, o alvo dessa luta. Uma pessoa branca não pode se somar à luta contra o racismo e pela igualdade racial. De igual forma, um heterossexual não pode se fazer presente na luta LGBT. E nessa lógica, não teria sentido que Marx e especialmente Engels, não pertencendo ao proletariado, pudessem fazer parte da luta operária. Nessa lógica, a solidariedade entre as diversas “identidades”, dentro da classe trabalhadora, por parte daqueles que se somam às diversas causas civilizatórias e emancipatórias, torna-se impraticável.

Assim, a “lógica identitarista” pós-moderna, atrelada ao “lugar de fala”, à “pós-verdade” e ao “*punitivismo*” da esquerda, fragiliza ao extremo a necessária unidade (na diversidade) da classe trabalhadora, que passa a se enfrentar internamente, a se multifragmentar e a destruir a vida dos indivíduos (trabalhadores militantes) que, nessa racionalidade, passam a ser considerados “inimigos” (antagonizados com essa ou aquela “identidade”), comprometendo e abalando assim a unidade e o poder de luta da classe trabalhadora. É o paraíso dos setores dominantes.

Não é estranho, ao perceber isso, entender por que o “identitarismo” é fortemente promovido pelas corporações multinacionais, pela grande mídia (a exemplo da Rede Globo), por atores e atrizes de Hollywood etc., que incorporam a linguagem identitarista, certamente não porque tomaram consciência da importância de combater as diversas formas de desigualdade, opressão e segregação social. A Globo facilmente pode adotar uma linguagem e promover ações identitaristas; o que não pode é adotar um discurso a favor da classe trabalhadora e das lutas de classe. Risério também aponta como “o canal de televisão Globonews [...] é hoje o grande porta-voz de massas do identitarismo” (RISÉRIO, 2019, p. 79). Aqui vale a máxima do velho Brizola: “Quando vocês tiverem dúvidas quanto a que posição tomar diante de qualquer situação, atentem... Se a Rede Globo for a favor, somos contra. Se for contra, somos a favor!”.<sup>57</sup>

- Um terceiro aspecto ideológico e político está na desarticulação da questão identitária da totalidade social e o correlato abandono do projeto anticapitalista.

Assim, a ação “política identitarista” pós-moderna tem, por um lado, o “*punitivismo*” do “outro” como objetivo e finalidade, via de regra buscando a eliminação pessoal daquele visto como inimigo. Esse objetivo tático constitui sua finalidade e seu horizonte político. Assim, não há estratégia política, ou ela é deixada em segundo plano e subsumida pela ação tática.

Ora, até a eliminação da exploração, que poria fim à classe capitalista e exigiria a superação da ordem burguesa, não é feita por meio da eliminação dos indivíduos que compõem a classe. Com a superação da ordem burguesa, a condição de “burguês” (dono dos meios de produção) desaparece. Há que suprimir a condição de burguês (socializando os meios de produção), e não aniquilar os indivíduos e as pessoas que hoje têm essa condição. Da mesma forma, eliminar o

machismo, o racismo, a homofobia etc., exige enfrentar a estrutura, o sistema, a cultura machista, racista, homofóbica etc. Porém a “lógica identitarista”, ao criar uma polarização individual entre os sujeitos, tendo o “punitivismo” como ação política central, visa à eliminação (ou subjugação) dos indivíduos contrários à “identidade” em questão. Como se não fosse possível suprimir a relação de opressão, mas apenas alterar as posições do dominante e do dominado.

Por outro lado, o objetivo e a finalidade da “lógica identitarista” pós-moderna se esgota no “reconhecimento” e na “inclusão”, na conquista de direitos, no dito “empoderamento” dos sujeitos, nas políticas inclusivas ou compensatórias.

Tratam-se, portanto, de objetivos necessários e urgentes, certamente progressistas, e dentro do horizonte da “emancipação política”, mas que não corroem a ordem burguesa, antes pressupõem a manutenção da mesma.

A partir de tudo o que foi exposto até aqui, podemos identificar uma múltipla funcionalidade da “lógica identitarista” com a reprodução da lógica do capital. (...)

***(TRECHO DE TEXTO CORRESPONDENTE À PARTE 5.1 DO LIVRO: 'Identidade' e Classe Social: Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas, de Carlos Montaña. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2021.***

NOTAS:

54 Ver palestra em: , acesso em abr. de 2020.

55 Vejam a cartilha Politicamente correto & direitos humanos, elaborada pelo Governo Lula (PT), em 2004. Disponível em: , acesso em: abr. de 2020.

56 Oportunismo contra o qual lutaram, entre outros, Marx, Engels, Lênin, Luxemburgo e Lukács.

57 Ver em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Globo-sequestrou-a-democraciae-urgente-uma-Rede-da-Legalidade-contra-o-Golpe/4/35724>>, acesso em: abr. de 2020.